



Campanha do presidente apresenta as diretrizes de um eventual segundo mandato e, apesar das promessas para setores esvaziados — como meio ambiente e cultura —, reforça o compromisso com o conservadorismo

Plano de Bolsonaro prega aos convertidos

» INGRID SOARES
» ROSANA HESSEL

Com o lema “Pelo bem do Brasil” e intitulado *Caminho da prosperidade, construindo uma grande nação*, o presidente Jair Bolsonaro (PL) apresentou, ontem, o Plano de Governo para os próximos quatro anos, caso seja reeleito. Em 48 páginas, aborda temas como a mulher, a cultura e o meio ambiente — questões deixadas em segundo plano na atual administração, e razão de muitas críticas — e reforça as bandeiras conservadoras.

O documento dá ênfase a temas como família, vida, liberdade econômica, direito à propriedade, direito à vida do nascituro e “na possibilidade de expressar suas opiniões e na condução de suas vidas de acordo com valores e propósitos”. Aponta, ainda, que “não se negocia a liberdade nem a vida”, o que sinaliza que Bolsonaro continuará privilegiando a base de apoio mais radical.

As apresentações dos chamados eixos de gestão tendem ser generalistas. Sobre políticas para as mulheres, o documento observa que é importante “a implementação das políticas públicas voltadas para a inserção do jovem e da mulher no mercado de trabalho de forma justa e assertiva, a igualdade de salários entre homens e mulheres que desempenham a mesma ocupação laboral e a possibilidade de equilibrar, até mesmo por meio do trabalho híbrido ou home office, a difícil tarefa de cuidar dos filhos e prover sustento, devem ser objeto de política pública robusta, tempestiva e calcada na realidade e necessidades (...). Neste governo e na sua continuidade, após a reeleição, nenhuma mulher fica para trás”.

Em relação à cultura, apesar dos ataques à Lei Rouanet

Cleber Caetano/PR



No documento que esmiuça as diretrizes para o eventual segundo mandato, Bolsonaro não abandona as questões que formam sua base de apoio

—desde 2019 o governo promoveu alterações criticadas pelos trabalhadores do setor, sobretudo nos tetos para a isenção fiscal, na redução de cachê máximo a ser pago e limite de captação por empresas —, o eventual segundo governo Bolsonaro promete “ampliar e fortalecer” a Política Nacional de Cultura. “O governo investiu R\$ 7 bilhões no setor cultural entre 2020 e 2021. Com a reeleição, a perspectiva é de que esse investimento seja mais que triplicado até 2026, podendo chegar a R\$ 30 bilhões”, afirma.

Sobre meio ambiente, o Plano

de Governo aponta que o país, “de um lado, deve apoiar e participar de todas as iniciativas julgadas coerentes, realistas e socioeconomicamente viáveis para contribuir para o futuro do planeta”. Por outro, “deve equilibrar esses aspectos com seus valores, suas peculiaridades de biodiversidade, suas realidades econômicas regionais, respeitando-as, e seus interesses nacionais e internacionais”. Não há menção sobre a redução do desmatamento, sobretudo na Amazônia — que vem batendo sucessivos recordes —, nem em

relação à proteção das comunidades nativas naquela região.

Ideologia

O Plano de Governo segue pensando ideologicamente a educação, reforçando que “a gestão 2023-2026 terá a tarefa de incrementar ações que forneçam os fundamentos de importantes disciplinas (...) de uma forma geral e outras, permitindo que os alunos possam exercer um pensamento crítico sem conotações ideológicas que apenas distorcem a percepção de mundo, em

particular aos jovens, e geram decepções no cidadão que busca se colocar no mercado após concluir sua formação”.

O presidente promete, também, que, em um segundo mandato, serão enfatizadas as ações de promoção das políticas de formação e valorização dos professores, fortalecendo os planos de carreira e remuneração, melhorando as condições de trabalho e saúde.

Apesar do desestímulo à pesquisa científica do atual governo, com os sucessivos cortes orçamentários em organismos como o Conselho Nacional de



(É importante) “a implementação das políticas públicas voltadas para a inserção do jovem e da mulher no mercado de trabalho de forma justa e assertiva”

Trecho da proposta para as mulheres, inserida no Plano de Governo

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Plano de Governo propõe que “é preciso que sejam formuladas estratégias que utilizem o dinheiro público em pesquisas de ponta”.

Liberdade de culto

O documento faz, ainda, defesa da liberdade religiosa, “respeitando os que pensem diferente, combatendo todas as formas de discriminação e os ataques às distintas práticas religiosas”. O discurso, porém, se choca com a realidade, pois na última terça-feira a primeira-dama Michelle Bolsonaro divulgou um vídeo atacando o presidencial Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sendo homenageado por integrantes do candomblé — a postagem foi considerada preconceituosa.

Na justificativa sobre a ampliação do acesso às armas de fogo, o Plano de Governo cita uma suposta redução nos homicídios à bala. Organizações que pesquisam o assunto fazem severas críticas a essa iniciativa.

Auxílio de R\$ 600 sem financiamento

A proposta econômica do Plano de Governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) sinaliza novas bombas fiscais que não estão apontadas no Orçamento. E que podem custar mais do que a previsão das despesas discricionárias para 2023. Uma das promessas que chamam a atenção é a continuidade do Auxílio Brasil de R\$ 600 no próximo ano, mas sem indicar de onde virão os recursos.

“Um dos compromissos prioritários do governo reeleito será a manutenção do valor de R\$ 600 para o Auxílio Brasil a partir de janeiro de 2023”, informa o Plano de Governo, entregue ao Tribunal Superior Eleitoral na noite da última terça-feira.

Conforme cálculos da equipe econômica, a manutenção do auxílio de R\$ 600 em 2023 vai aumentar as despesas da União em cerca de R\$ 60 bilhões por ano. Essa despesa não deve constar na previsão para esse gasto na proposta do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do ano que vem, que está sendo elaborada pela Junta Orçamentária e deverá ser enviada

ao Congresso no fim do mês, segundo técnicos do governo.

Outra ideia cogitada no Plano de Governo de Bolsonaro sem espaço no Orçamento do ano que vem — e que foi promessa de campanha em 2018 — é a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco salários mínimos — R\$ 6.060, considerando o valor atual do piso, que é de R\$ 1.212. Pelas contas de Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da Ryo Asset, feitas a pedido do **Correio**, essa isenção do IR custaria R\$ 55 bilhões/ano aos cofres públicos.

Assim, a isenção e o Auxílio permanente de R\$ 600 têm um impacto fiscal de R\$ 115 bilhões — valor que supera os R\$ 108 bilhões previstos para as despesas discricionárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sancionada ontem por Bolsonaro.

“Bolsonaro vem falando sobre a manutenção desse novo valor do Auxílio e vem fazendo a campanha política nesse sentido. Mas não tem espaço fiscal no Orçamento”, adverte Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating. Ele lembra que, por conta

Reprodução



da falta de espaço, o ministro da Economia, Paulo Guedes, lançou a ideia do teto de gastos flexível para incluir as novas benesses.

“É um péssimo sinal ao mercado, porque a regra do teto está sendo mudada sempre que vira um obstáculo para aumento de despesas”, lamenta Agostini. Barros, da Ryo Asset, também demonstra preocupação com as constantes mudanças no teto. “O governo banalizou a regra constitucional

e criou um problema para frente, porque não há mais credibilidade no arcabouço fiscal”, alerta.

Desafio

A especialista em contas públicas Juliana Damasceno, da Tendências Consultoria, aponta a série de bombas fiscais armadas para explodirem em 2023. E lembra o desafio de encaixar essas promessas no Orçamento,

uma vez que o gasto de custeio já está bastante sacrificado.

“Esse bolo vai praticamente decretar o fim do teto de gastos e cairia como um grande presente no colo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), caso seja eleito. O atual governo entregaria o mandato com o carimbo de descompromisso fiscal”, afirma.

Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, lembra que o aumento

Benefício é uma das bombas fiscais armadas pelo governo para 2023, o que fará do teto de gastos apenas uma peça de ficção

extraordinário da arrecadação neste ano não deverá se repetir em 2023, o que tem preocupado os agentes econômicos diante da expectativa de piora do quadro fiscal. “Há muitas incertezas e as promessas são de rasa profundidade. Não há informação de onde o dinheiro vai sair”, destaca.

Para o cientista político Cristiano Noronha, da Arko Advice, além do auxílio maior e da mudança na tabela do Imposto de Renda, outras promessas — como o reajuste para funcionalismo público e a manutenção da redução de alíquota de impostos federais sobre combustíveis — devem aumentar os gastos e exigir novas receitas. “Uma das coisas que eles vão defender é a tributação de lucros e dividendos. Inclusive, o ministro Paulo Guedes sempre fala que projeto está no Congresso, aprovado pela Câmara e dependente do aval do Senado. Existe um outro que trata da regulamentação de jogos de azar, que seria uma das possibilidades de financiar o novo piso nacional de enfermeiros. Essas fontes de financiamento vão depender do resultado da eleição”, aponta. **(IS e RH)**